Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS

THE HISTORY OF INDIGENOUS EDUCATION IN BRAZIL: CHANGES OVER TIME AND THE VALORIZATION OF INDIGENOUS CULTURES

Letícia Natali da Silva Campos e Silva, Carolina Rodrigues Lincoln de Carvalho, Raphaela dos Santos Gonçalves, Lilian Tavares de Bairros Ferreira.

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Educação, Curso de Licenciatura em História.
E-mail para contato: ls268447@alunos.unisanta.br

RESUMO – A educação indígena no Brasil passou por profundas transformações ao longo da história. Antes da colonização, os povos indígenas possuíam formas próprias de ensinar e aprender, fundamentadas na oralidade, na convivência comunitária, na observação, nas práticas cotidianas e na transmissão intergeracional de conhecimentos. Com a colonização portuguesa, diferentes povos foram submetidos a processos de catequização e assimilação cultural, nos quais a educação foi utilizada como instrumento para a imposição de valores europeus e cristãos. Durante os séculos seguintes, políticas integracionistas continuaram influenciando as formas de escolarização destinadas às populações indígenas. A Constituição Federal de 1988 representou uma mudança importante ao reconhecer direitos relacionados às línguas, costumes, tradições e formas próprias de organização. Posteriormente, outros dispositivos legais contribuíram para o fortalecimento de uma educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental e analisa a trajetória histórica da educação indígena, seus avanços e desafios contemporâneos. Como articulação entre pesquisa e formação docente, também apresenta experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 9º ano da rede pública de ensino. Conclui-se que a valorização das culturas, dos conhecimentos e da participação indígena constitui dimensão indispensável para a construção de práticas educacionais comprometidas com a diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Educação indígena; Povos indígenas; Cultura indígena; Educação escolar indígena; Diversidade cultural.

ABSTRACT – Indigenous education in Brazil has undergone profound transformations throughout history. Before colonization, Indigenous peoples had

ISSN 2317-1316

their own ways of teaching and learning, based on oral tradition, community life, observation, everyday practices, and the intergenerational transmission of knowledge. With Portuguese colonization, different peoples were subjected to processes of catechization and cultural assimilation in which education was used as an instrument for imposing European and Christian values. During the following centuries, integrationist policies continued to influence schooling aimed at Indigenous populations. The 1988 Federal Constitution represented an important change by recognizing rights related to Indigenous languages, customs, traditions, and forms of social organization. Subsequently, other legal provisions contributed to strengthening specific, differentiated, intercultural, and bilingual Indigenous school education. This study is characterized as qualitative, bibliographic, and documentary research and analyzes the historical trajectory of Indigenous education, its advances, and contemporary challenges. As an articulation between research and teacher education, it also presents a pedagogical experience developed with ninth-grade students from the public school system. It is concluded that valuing Indigenous cultures, knowledge, and participation is indispensable for building educational practices committed to Brazilian cultural diversity.

Keywords: Indigenous education; Indigenous peoples; Indigenous culture; Indigenous school education; Cultural diversity.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação indígena no Brasil está diretamente relacionada à trajetória histórica dos próprios povos originários. Muito antes da chegada dos colonizadores europeus, diferentes povos já desenvolviam processos próprios de formação das novas gerações, organizados de acordo com suas culturas, línguas, modos de vida e formas de relação com a coletividade e com o território (Luciano, 2006).

Esses processos educativos não dependiam da existência de uma instituição escolar nos moldes ocidentais. Os conhecimentos eram transmitidos por meio da oralidade, das narrativas, dos rituais, das atividades produtivas, da observação e da convivência cotidiana entre diferentes gerações, fazendo da própria comunidade um espaço permanente de aprendizagem (Luciano, 2006).

A expressão educação indígena, nesse sentido, pode ser compreendida de maneira distinta de educação escolar indígena. A primeira envolve processos próprios de formação desenvolvidos pelos diferentes povos, enquanto a segunda se refere à instituição escolar organizada em territórios e comunidades indígenas e orientada, atualmente, por princípios

ISSN 2317-1316

específicos relacionados à interculturalidade e à valorização das culturas e línguas indígenas (Luciano, 2006; Almeida, 2019).

A colonização portuguesa provocou profundas transformações nesses processos. A atuação missionária, especialmente dos jesuítas, associou educação e catequização, buscando introduzir valores cristãos, padrões culturais europeus e formas de organização vinculadas ao projeto colonizador (Saviani, 2019).

A utilização da educação como instrumento de conversão esteve relacionada a processos mais amplos de dominação. A aprendizagem da língua portuguesa, a transmissão da doutrina cristã e a reorganização da vida nas missões faziam parte de uma política voltada à incorporação das populações indígenas às estruturas coloniais (Saviani, 2019).

Esses processos não resultaram, entretanto, na eliminação integral das culturas indígenas. Diferentes povos desenvolveram estratégias de resistência, reorganização e preservação de suas línguas, práticas culturais, conhecimentos e formas próprias de compreender o mundo, demonstrando sua participação ativa diante das transformações produzidas pela colonização (Ribeiro, 2017).

Ao longo do Império e das primeiras décadas da República, permaneceram políticas que buscavam integrar os indígenas à sociedade nacional. A criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, representou uma mudança institucional, embora continuasse vinculada a concepções integracionistas que entendiam a incorporação dos povos indígenas à sociedade envolvente como finalidade das políticas estatais (Brasil, 1910).

Uma mudança mais expressiva ocorreu nas últimas décadas do século XX, especialmente a partir da mobilização dos próprios povos indígenas e da Constituição Federal de 1988. O texto constitucional reconheceu direitos relacionados à organização social, aos costumes, às línguas, às crenças, às tradições e às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, alterando significativamente a orientação jurídica anteriormente predominante (Brasil, 1988).

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a trajetória histórica da educação indígena no Brasil, destacando as principais transformações ocorridas desde os processos educativos existentes antes da colonização até a constituição contemporânea da educação

ISSN 2317-1316

escolar indígena, bem como discutir a valorização das culturas indígenas e os desafios ainda presentes nesse campo (Luciano, 2006).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter descritivo. Foram analisadas produções acadêmicas, legislação brasileira e documentos relacionados à trajetória histórica da educação indígena e da educação escolar indígena.

A revisão bibliográfica considerou trabalhos sobre os processos educativos desenvolvidos pelos povos indígenas, a educação no período colonial, as políticas integracionistas, a educação intercultural, a formação de professores e os desafios contemporâneos da escolarização indígena.

A pesquisa documental contemplou a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 8.072/1910, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 11.645/2008 e o Decreto nº 6.861/2009.

Os materiais foram organizados a partir dos seguintes eixos: processos próprios de educação dos povos indígenas; catequização e assimilação durante o período colonial; políticas integracionistas; mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988; consolidação da educação escolar indígena diferenciada; e desafios contemporâneos.

A pesquisa também foi articulada às experiências desenvolvidas durante atividades de formação docente com turmas do 9º ano da rede pública de ensino. Nessas atividades, foram utilizados recursos audiovisuais, conversas em duplas, questões sobre a temática indígena, desenhos e produções textuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Educação indígena antes da colonização

A análise da literatura demonstra que os povos indígenas possuíam processos próprios de educação antes da chegada dos europeus. A aprendizagem estava relacionada à vida

ISSN 2317-1316

comunitária e aos conhecimentos considerados necessários à continuidade social, cultural e espiritual de cada povo (Luciano, 2006).

A oralidade assumia grande importância nesses processos, permitindo transmitir histórias, memórias, conhecimentos sobre o território, práticas produtivas, valores, narrativas e outras referências culturais entre diferentes gerações. A formação das crianças ocorria por meio da participação progressiva nas atividades da comunidade (Luciano, 2006).

A educação também envolvia a observação e a experiência. Conhecimentos relacionados à agricultura, caça, pesca, preparação de alimentos, uso de plantas e diferentes práticas comunitárias podiam ser aprendidos durante a convivência cotidiana, considerando as especificidades culturais de cada povo (Luciano, 2006).

Essa organização demonstra que a inexistência de escolas nos moldes europeus não correspondia à inexistência de educação. Os povos indígenas possuíam sistemas próprios de produção e transmissão de conhecimentos, organizados de acordo com suas necessidades, territórios, línguas e formas de compreender o mundo (Luciano, 2006).

3.2. Colonização, catequização e assimilação cultural

A chegada dos portugueses alterou profundamente as relações educacionais existentes. A atuação dos missionários jesuítas transformou a educação em um dos instrumentos utilizados no processo de catequização dos povos indígenas e na difusão da cultura religiosa europeia (Saviani, 2019).

Os aldeamentos missionários procuravam reunir diferentes grupos indígenas e desenvolver práticas de evangelização, ensino religioso e aprendizagem da língua portuguesa. Esse processo estava vinculado ao projeto colonial e à tentativa de reorganizar modos de vida conforme referências valorizadas pelos colonizadores (Saviani, 2019).

Línguas, crenças, práticas culturais e formas de organização dos povos indígenas foram frequentemente desvalorizadas durante esse processo. A educação colonial procurava transformar os sujeitos de acordo com os objetivos religiosos, políticos e econômicos da colonização (Saviani, 2019; Luciano, 2006).

ISSN 2317-1316

Apesar das pressões assimilacionistas, diferentes comunidades mantiveram elementos de suas culturas e conhecimentos. A resistência ocorreu de maneiras diversas, incluindo preservação de línguas, continuidade de práticas comunitárias, manutenção de conhecimentos e reelaboração das relações estabelecidas com a sociedade envolvente (Ribeiro, 2017).

3.3. Políticas integracionistas e escolarização indígena

Durante períodos posteriores à colonização, permaneceu a concepção de que os povos indígenas deveriam ser progressivamente integrados à sociedade nacional. Essa perspectiva influenciou as políticas direcionadas às comunidades indígenas e também as propostas educacionais desenvolvidas pelo Estado (Ribeiro, 2017).

A criação do Serviço de Proteção aos Índios em 1910 institucionalizou uma política estatal específica para essas populações. Entretanto, sua atuação permaneceu vinculada a uma perspectiva integracionista, orientada pela incorporação dos indígenas às formas econômicas e sociais dominantes (Brasil, 1910).

A escolarização desenvolvida nesse contexto privilegiava a alfabetização em língua portuguesa e a preparação para atividades consideradas adequadas ao projeto de integração. As diferenças culturais eram frequentemente tratadas como elementos que deveriam ser progressivamente abandonados em favor da inserção na sociedade nacional (Ribeiro, 2017).

Apesar dessas políticas, os povos indígenas continuaram preservando conhecimentos, formas de organização, línguas e práticas culturais. Essa permanência demonstra que as comunidades não foram agentes passivos diante das políticas de integração e produziram diferentes estratégias de continuidade cultural (Luciano, 2006).

3.4. A Constituição Federal de 1988 e a mudança de perspectiva

A Constituição Federal de 1988 representou uma transformação significativa na maneira como o Estado brasileiro passou a reconhecer juridicamente os povos indígenas. O texto constitucional abandonou a perspectiva de integração como objetivo principal e reconheceu direitos vinculados à organização social, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições indígenas (Brasil, 1988).

ISSN 2317-1316

No campo educacional, a Constituição assegurou às comunidades indígenas a utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem. Esse reconhecimento favoreceu a construção de uma concepção de educação escolar que considere as especificidades culturais e linguísticas das diferentes comunidades (Brasil, 1988).

Essa mudança contribuiu para fortalecer propostas de educação específica e diferenciada, nas quais a instituição escolar pode estabelecer diálogo com os conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades. A valorização dos saberes indígenas passa, dessa forma, a integrar os debates sobre currículo, formação docente e organização escolar (Almeida, 2019).

O reconhecimento constitucional também ampliou as possibilidades de participação dos próprios povos indígenas nas discussões relacionadas às políticas educacionais. Essa participação é importante para que os projetos escolares considerem necessidades, prioridades, línguas e conhecimentos definidos pelas próprias comunidades (Almeida, 2019).

3.5. Educação escolar indígena na legislação brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforçou os princípios estabelecidos pela Constituição e dedicou disposições específicas à educação escolar indígena. A legislação determina o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa voltados às comunidades indígenas e orientados pela valorização de suas línguas e conhecimentos (Brasil, 1996).

A LDB estabelece como objetivos recuperar memórias históricas, reafirmar identidades étnicas, valorizar línguas e ciências indígenas e garantir às comunidades acesso aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não indígenas (Brasil, 1996).

O Decreto nº 6.861/2009 também contribuiu para a organização dessa modalidade ao tratar da educação escolar indígena e dos territórios etnoeducacionais. A proposta procura

ISSN 2317-1316

considerar as relações territoriais e culturais existentes entre diferentes comunidades na organização das políticas educacionais (Brasil, 2009).

Esses dispositivos contribuíram para consolidar uma concepção de educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue ou multilíngue, considerando as características próprias das comunidades atendidas (Brasil, 1996; Brasil, 2009).

3.6. A Lei nº 11.645/2008 e a valorização das culturas indígenas

A Lei nº 11.645/2008 ampliou a presença da temática indígena em todo o sistema educacional ao estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2008).

Sua importância ultrapassa a educação escolar desenvolvida dentro das comunidades indígenas. A norma estabelece a responsabilidade de todas as instituições escolares na abordagem das contribuições dos povos indígenas e oferece condições para questionar representações historicamente estereotipadas (Russo; Paladino, 2016).

A implementação dessa legislação exige mais do que acrescentar conteúdos pontuais aos currículos. O tratamento da temática precisa considerar a diversidade existente entre os povos, sua presença contemporânea, suas histórias e suas próprias perspectivas sobre os processos históricos brasileiros (Russo; Paladino, 2016).

A pesquisa desenvolvida com professores no Rio de Janeiro demonstra que a implementação da Lei nº 11.645/2008 envolve dificuldades relacionadas à formação docente, à disponibilidade de materiais e às representações sobre os povos indígenas ainda presentes no contexto escolar (Russo; Paladino, 2016).

3.7. Avanços e desafios da educação escolar indígena contemporânea

A educação escolar indígena contemporânea apresenta avanços relacionados à construção de propostas interculturais, formação de professores indígenas, valorização das línguas e produção de currículos vinculados às realidades das comunidades (Almeida, 2019).

A presença de professores indígenas possui especial relevância porque amplia a participação das próprias comunidades na definição dos processos educativos e favorece a

ISSN 2317-1316

articulação entre conhecimentos escolares e saberes locais. Essa participação pode contribuir para construir práticas pedagógicas mais próximas das necessidades de cada povo (Almeida, 2019).

A ampliação do acesso de estudantes indígenas ao Ensino Superior também constitui dimensão importante das transformações observadas nas últimas décadas. Políticas de ingresso e permanência têm possibilitado maior presença indígena nas universidades e contribuído para a formação de professores, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas (Paladino, 2012).

Apesar desses avanços, permanecem problemas de infraestrutura em determinadas escolas, insuficiência de materiais didáticos específicos e desafios relacionados à formação e valorização dos professores. A própria organização física dos espaços escolares precisa considerar contextos territoriais e culturais diversos (Zanin; Silva; Cristofoli, 2018).

A preservação e valorização das línguas indígenas também permanece como questão importante. A educação escolar pode contribuir para a continuidade linguística quando reconhece a língua da comunidade como conhecimento legítimo e como instrumento de ensino, respeitando as características sociolinguísticas existentes em cada território (Luciano, 2006).

O fortalecimento da educação escolar indígena depende, portanto, da continuidade das políticas públicas e da participação efetiva das comunidades na definição das propostas educacionais. A interculturalidade não deve corresponder apenas à inserção de conteúdos indígenas no currículo, mas à construção de relações educativas capazes de reconhecer diferentes formas de produzir e transmitir conhecimentos (Almeida, 2019).

3.8. Aplicação na docência

As atividades desenvolvidas com turmas do 9º ano da rede pública foram organizadas com o objetivo de promover discussões sobre história, culturas indígenas, diversidade e valorização dos povos originários. A proposta também dialogou com as orientações da Lei nº 11.645/2008 para a abordagem da temática indígena na Educação Básica (Brasil, 2008).

Inicialmente, foi apresentado um vídeo relacionado ao tema, utilizado como recurso para introduzir os conteúdos e favorecer a aproximação dos estudantes com a discussão. Após a

ISSN 2317-1316

exibição, os participantes foram organizados em duplas para conversar e compartilhar percepções e conhecimentos sobre a temática (Freire, 1996).

Na sequência, foram propostas questões relacionadas ao conteúdo trabalhado. Como atividade complementar, os estudantes produziram desenhos e textos nos quais representaram aspectos discutidos durante a experiência (Freire, 1996).

Durante as atividades, foram observadas manifestações que apresentavam os povos indígenas de maneira generalizada, especialmente pela ideia de que possuiriam características culturais semelhantes. As discussões possibilitaram apresentar a existência de diferentes povos, culturas, tradições e experiências históricas no território brasileiro (Luciano, 2006).

A participação dos estudantes ocorreu durante os debates, atividades em duplas e produções propostas. As respostas elaboradas utilizaram elementos relacionados à diversidade indígena e à importância histórica e contemporânea dos povos originários, evidenciando a presença dos conteúdos trabalhados durante a intervenção (Brasil, 2008).

A experiência também apresentou relevância para a formação inicial docente ao possibilitar a articulação entre pesquisa histórica, legislação educacional e prática pedagógica. O contato com as manifestações dos estudantes reforçou a necessidade de desenvolver propostas que não tratem os povos indígenas de maneira homogênea ou restrita ao período colonial (Russo; Paladino, 2016).

4 CONCLUSÃO

A história da educação indígena no Brasil revela um longo processo de transformações marcado por diferentes concepções sobre os povos indígenas, seus conhecimentos e seu lugar na sociedade brasileira.

Antes da colonização, diferentes povos já possuíam processos próprios de educação, baseados em suas culturas, línguas, práticas comunitárias e formas de transmissão dos conhecimentos entre gerações.

A colonização modificou profundamente essas relações ao utilizar a educação como instrumento de catequização e assimilação cultural. Nos períodos seguintes, políticas

ISSN 2317-1316

integracionistas continuaram orientando grande parte da atuação do Estado em relação aos povos indígenas.

Apesar dessas políticas, as comunidades desenvolveram estratégias de resistência e preservaram diferentes conhecimentos, línguas, práticas e formas de organização, contribuindo para a continuidade de suas identidades culturais.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao reconhecer direitos relacionados à organização social, às línguas, às crenças, aos costumes e às tradições indígenas. No campo educacional, esse reconhecimento favoreceu a construção de uma perspectiva específica, diferenciada e intercultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto nº 6.861/2009 aprofundaram essa orientação ao estabelecer princípios e formas de organização voltadas à educação escolar indígena.

A Lei nº 11.645/2008 ampliou essa discussão ao tornar obrigatória a presença da história e cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio, atribuindo às escolas de todo o país responsabilidade na valorização da diversidade e no enfrentamento de representações estereotipadas.

A experiência desenvolvida com estudantes do 9º ano possibilitou articular os conteúdos estudados à formação docente e discutir a diversidade dos povos indígenas por meio de atividades audiovisuais, conversas, questões, desenhos e produções textuais.

A análise também evidencia que ainda existem desafios relacionados à infraestrutura das escolas indígenas, à produção de materiais específicos, à formação docente, à valorização das línguas e à implementação contínua das políticas educacionais.

Conclui-se que a valorização da educação e das culturas indígenas depende do reconhecimento dos povos originários como sujeitos históricos contemporâneos e produtores de conhecimentos. Uma educação comprometida com a diversidade cultural precisa respeitar suas formas próprias de organização, ampliar sua participação nos processos educativos e reconhecer a pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

5 AGRADECIMENTOS

ISSN 2317-1316

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), edição 2024-2026.

À Secretaria de Educação (SEDUC) da Prefeitura Municipal de Santos, pela parceria estabelecida com as escolas municipais.

À Universidade Santa Cecília (UNISANTA), pelo apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

6 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio à organização textual e à sistematização inicial da literatura. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

7 REFERÊNCIAS

Almeida EMM. Educação escolar indígena: um estudo do diálogo entre os saberes indígenas e o conhecimento escolar no currículo em ação nas escolas indígenas. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

Brasil. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, 2009.

Brasil. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 1910.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

Brasil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, 2008.

ISSN 2317-1316

Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Luciano GJS. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

Paladino M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. Práxis Educativa. 2012;7(n. esp.):175-195.

Ribeiro D. Os índios e a civilização. São Paulo: Global, 2017.

Russo K, Paladino M. A Lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. Revista Brasileira de Educação. 2016;21(67):897-921.

Saviani D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

Zanin NZ, Silva DA, Cristofoli MS. Espaços escolares indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. Educação & Realidade. 2018;43(1):201-222.